

**José Reis**

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais

**Economia, sociedade e instituições em Portugal, hoje:  
a desconstrução da vida colectiva?**

Conferência de Abertura no 9º Congresso dos Juízes Portugueses:  
A Mobilização do Direito no Tempo das Crises

Ponta Delgada, 29 de Outubro de 2011

## **1. Um momento excepcional: um passado desfeito sem perspectivas de futuro**

Não são palavras de circunstância dizer-se que vivemos momentos excepcionais, tanto em Portugal como na Europa. Do ponto de vista da organização da nossa vida colectiva, do ponto de vista do modo como encaramos as relações entre a economia e a sociedade ou do ponto de vista do valor que atribuímos ao trabalho e à repartição do rendimento e às expectativas das pessoas, estabeleceu-se uma forte turbulência que pode ser o início de uma enorme convulsão dos nossos padrões de vida. Verdadeiramente, o que está em causa não é apenas a maneira como resolvemos este ou aquele problema pontual concreto. É, essencialmente, o sentido que damos a um conjunto de valores e significados que transcendem a vida material, porque são do domínio das instituições e das relações sociais fundamentais.

Há muito que se percebeu que a vida económica, o progresso material das sociedades – aquilo que mais prosaicamente se designa crescimento e modernização – depende de tecnologias, de recursos materiais, de descobertas ou de inovação, de certo tipo de organizações, da prevalência de determinados sectores produtivos, mas não pode limitar-se a isso. O capitalismo tornou-se um sistema progressivo exatamente quando, ainda na primeira metade do século XX, recobriu o campo material da produção, especialmente representado por uma indústria ascendente, com um conjunto de valores e de regras institucionais que podem ser resumidos numa palavra-chave: inclusão. O capitalismo tornou-se inclusivo quando fez do trabalho e do emprego o mecanismo fundamental de inserção social e quando atribuiu à relação de trabalho um sentido preciso de repartição do rendimento e de diminuição das desigualdades. E quando traduziu tudo isto em normas de vida e organização colectivas, institucionalmente consagradas.

A relação de trabalho não se confinou, pois, a uma forma de relacionamento mercantil (oferecer emprego, procurar trabalho) nem se encarou como algo que tem apenas como contrapartida um preço, que é custo para uma parte e proveito para a outra. A relação de trabalho foi a base sobre a qual se distribuiu rendimento na sociedade, se promoveram padrões de vida colectiva partilháveis por uma grande parte da população, superando as circunstâncias em que o acesso ao bem-estar se limitava a uma fração mínima de detentores de privilégios. Foi nestas circunstâncias que se distinguiu o

conceito de salário direto (a remuneração paga mensalmente a cada trabalhador) do conceito de salário indireto (o conjunto de outras garantias que decorrem da relação laboral e que são proporcionada através de políticas públicas, que vão elas próprias viabilizar o aumento da criação de riqueza).

Esta relação de distribuição e de inclusão não tem que ser apreciada apenas pelo seu significado, aliás enorme, no plano da justiça social. Verdadeiramente, ela foi a fonte de mais progresso, de maiores capacidades coletivas e, por isso, de mais desenvolvimento da economia e da sociedade. Quer dizer, foi por darem prioridade a estes princípios que os países que seguiram esta trajetória se tornaram mais avançados e mais aptos para fazerem mais e melhor. E não por entenderem que a economia é uma simples luta competitiva, uma espécie de guerra económica confinada a mercados cegos e cruéis. Ao contrário, foi por aquela razão que alguns países se tornaram mais urbanos, mais industrializados, mais produtivos, mais educados, mais inovadores, mais geradores de bem-estar.

Não é, por isso, uma generalização excessiva pressupor que os grandes momentos históricos de desenvolvimento e de progresso do século XX assentaram em mecanismos poderosos de articulação entre a economia e a sociedade. Por detrás destes processos – tanto singulares como colectivos – estiveram conflitos e consensos. Provavelmente por esta ordem. Mas o que parece decisivo é que os melhores resultados alcançados foram motivo de consagração institucional e demonstraram a capacidade das sociedades para construir acordos, entendimento sólidos, sobre processos que a história revelou como essenciais. E para fazerem desses acordos uma base para alcançarem mais bem-estar. Nestes momentos prevaleceu uma lógica construtiva. E ficou claro que as instituições, o direito e os direitos, a partilha coletiva de uma visão da vida são elemento essenciais da economia e da capacidade para criar riqueza. Para muitos economistas passou a ser claro que as instituições contam. E que só há mercados sólidos e economias saudáveis com instituições, regras e normas robustas.

Em boa verdade, a convicção de que os processos e as soluções sustentáveis assentam em interdependências poderosas confirma a ideia de que a economia deve ser encarada como um sistema de provisão e uso de bens destinado a melhorar a condição das pessoas, e não como um simples mecanismo de concorrência, rentabilização, competição ou egoísmo, baseado em processos mercantis triviais e em lógicas de

monetização generalizadas. Quando tais interdependências prevalecem, as dificuldades ou os bloqueamentos assumem uma natureza limitada, local, transitória e podem ser superados, com maior ou menor dificuldade. Foi isso que ficou demonstrado quando certos problemas conjunturais da evolução económica encontraram solução, desencadeando apenas a sucessão de ciclos de crescimento motivada pela alteração da posição relativa dos factores positivos apontados anteriormente. Nestes casos, predominou uma lógica de funcionamento com soluções obtidas através do desenvolvimento económico e, em geral, através da melhoria das condições económicas e sociais.

## **2. As circunstâncias turbulentas dos dias de hoje: um processo intenso de desconstrução social**

Não são estas, contudo, as circunstâncias contemporâneas. O que parece óbvio é que a crise atual revela a presença de desarticulações tão poderosas e essenciais como as interdependências que marcaram outros tempos. É isso, é essa lógica de desconstrução, que caracteriza uma crise como a atual e a sua condição dramática tem a ver com o facto de se terem gerado desequilíbrios e desconexões profundas.

Conhece-se a origem financeira da crise: os desequilíbrios introduzidos pela deriva bancária, pela gestão irracional e irresponsável do crédito, pela ação desregulada e libertina dos agentes especulativos. Conhecem-se, também, as poderosas transferências de riqueza em benefício de um conjunto de agentes económicos com influência sistémica e em detrimento de um número crescente de desapossados. Conhece-se, ainda, a forma rude como foram desfeitas as relações fundamentais entre emprego, rendimentos, procura, transações económicas, investimento e crescimento da economia.

Por isso, as circunstâncias tumultuosas dos tempos correntes não podem deixar de ser associadas a um facto preciso: a entrega do financiamento e do crédito internacionais aos mercados liberalizados. A lógica instituída, vizinha da especulação, desencadeou uma crise financeira e esta transformou-se rapidamente numa crise económica profunda e certamente prolongada, mal a turbulência se manifestou num sistema bancário desregulado. Em particular, foi claro que se gerou uma posição dominante, insustentável, por parte da banca e dos que atuam no domínio financeiro, sem a presença de elementos de equilíbrio originados por outras racionalidades, por exemplo as da esfera pública. O

que se passou neste domínio não foi mais do que a concretização da ideia insidiosa (e, em muitos aspectos decisivos, silenciosa) de que os mercados devem ser o mecanismo social de referência para todos os domínios da organização colectiva. Isto é, não deve haver limites para os mercados.

Em termos muito gerais, vale, no entanto, a pena lembrar que não foi sempre assim e que o que acontece hoje resulta de estarmos perante dois fenómenos novos e incontornáveis. Um deles consistiu no facto de a função social do crédito e do financiamento se ter desconectado radicalmente da economia e dos objectivos de geração de riqueza e de promoção das capacidades individuais e colectivas, em favor de uma autonomização descontrolada da intermediação financeira e da especulação. O que devia ser instrumental tornou-se fonte das normas e assumiu capacidade de mando.

O segundo fenómeno – porventura o mais profundo – resultou da própria desconexão da economia relativamente à sociedade. A economia deveria ser entendida como um sistema de provisão e uso de bens e serviços e como um processo de geração de bem-estar e de melhoria das capacidades humanas, tanto individuais como colectivas. E, assim sendo, a economia e a sociedade terão de ser concebidas como duas realidades articuladas. Quer dizer, a economia não pode ser alheia ao conjunto plural de indivíduos e organizações e aos padrões culturais e institucionais que eles estabelecem, bem como aos compromissos e objectivos que resultam do conflito e dos acordos que as comunidades humanas vão gerando. Mas bem sabemos que esta relação se inverteu à medida que tendeu a prevalecer uma noção normativa e redutora da economia, em que esta se impõe à sociedade, em vez de com ela se relacionar positivamente.

Este duplo processo de “desligamento” originou situações generalizadas de insustentabilidade, que agora não se limitam ao domínio financeiro, visto que dizem respeito aos próprios domínios económicos e sociais, para já não referir os ambientais. O que parece claro é que o quadro de circulação e disponibilização de capitais escapou quer a formas de regulação ajustadas (onde, para alguns, residiria a solução suficiente), quer à presença prudente de um conjunto plural de mecanismos de alocação de recursos, incluindo os de natureza estatal. O resultado foi uma enorme fragilização da esfera pública, em contraste com a solução estrutural que teve expressão clara nas formas de economia mistas das sociedades industrializadas do século XX. Pelo contrário, caminhou-se para uma solução única, totalizante e, seguramente, totalitária – a dos mercados sem fim. O resultado mais evidente foi uma multiplicação de situações

turbulentas, que desencadearam irracionalidades, fomentaram desigualdades, consolidaram periferias e reforçaram assimetrias. Como seria, aliás, lógico esperar-se, em vista da “desconstrução” social e económica a que comecei por aludir. Esta crise é, pois, o culminar destes processos e apresenta-se, por isso, como um poderoso factor de insustentabilidade social e política.

### **3. A economia política da recessão e da contração salarial**

Apesar de serem estas as razões e as circunstâncias da crise, a verdade é que não vemos a ação dos governos ou das instâncias europeias dirigir-se para os domínios que acabo de apontar mas antes para outro, totalmente diverso. De facto, é em torno do que podemos chamar “desvalorização interna” de cada sociedade que se concentram as tomadas de decisão dos poderes. Mais em concreto, a economia política da crise gravita à volta da contração salarial, desfazendo, ao mesmo tempo, princípios básicos que estabeleciam a relação com o trabalho. A prioridade dos tempos que correm é bem precisa e, ao contrário do que parece, não se centra no défice público – centra-se na redução radical dos custos salariais. Julga-se que é esta a fórmula para ganhar competitividade: “gerar desemprego, aumentar o horário de trabalho e flexibilizar a legislação, conseguindo assim baixar o nível geral dos salários. É um modelo que sempre foi discutido, mas nunca foi aplicado com esta dureza”.

Encontramos aqui a noção de que a competitividade da economia não apenas depende essencialmente dos custos salariais como é seriamente afetada, no presente, por esses custos. Por isso, a solução é, como se diz metaforicamente, produzir “alterações estruturais” no mercado do trabalho, flexibilizando-o e eliminando a sua suposta “rigidez”. Quando se fala assim, rejeita-se qualquer significado ao papel motor da repartição justa e positiva dos rendimentos e ao papel dos rendimentos salariais na criação de mercados, isto é, na existência de vida que dê vida às empresas e à produção. Ora, acontece que os problemas da competitividade da economia portuguesa não residem nos custos salariais. É enorme o protecionismo de que a economia portuguesa tem beneficiado por dispor de mão de obra abundante, que aliás tem usado extensivamente; daí termos das mais altas taxas de incorporação no mercado de trabalho.

Apesar disto, a única política económica perceptível é a da desvalorização brutal do trabalho e do seu significado na economia, da desvalorização das relações que viabilizam a capacidade de produzir e de vender, da desvalorização dos mecanismos que permitem criar riqueza. Não é, por isso, paradoxal – mas devia sê-lo – que se preveja a queda acentuada do PIB, a contração brutal do investimento, a elevada redução do consumo e, em cima de tudo isto, uma inflação impressionante, superior a 3%. O que norteia as certezas de quem nos governa para que se assuma tão convictamente esta violenta ação contra o trabalho e as relações laborais é que a economia se reduz ao lado da oferta. E que este, para ser são, deve tratar o trabalho como um problema, como um custo, e não como um recurso, e que deve descomprometer-se com a vida das pessoas ou com as suas expectativas.

Mas, como demonstrou cabalmente João Ferreira do Amaral, “a proposta de redução salarial no sentido de melhorar a competitividade não tem qualquer fundamento técnico-económico sólido e revela que quem a sugere não fez um mínimo de cálculos sérios sobre o assunto”. De facto, “o conteúdo em salários - conteúdo direto e indireto (este último através das matérias-primas e outros fornecimentos que o sector exportador consome) - do sector exportador (...) é de cerca de 33%, ou seja, se os salários diminuïrem (ou aumentarem) 10% os preços das exportações, tudo o resto se mantendo constante, caem (ou sobem) 3,3%. O que é que isto significa? Significa que a descida de salários é um instrumento particularmente ineficaz para melhorar a competitividade externa. Por exemplo, para se atingir uma melhoria de 20% na competitividade externa os salários teriam de descer 60%!”<sup>1</sup>. E isso teria de ocorrer sobretudo no sector privado da economia, naquele que produz bens exportáveis, e não na função pública ou mesmo no terciário que apenas se liga ao mercado interno (aquilo que em economia se designa sector não-transacionável).

A forma de executar esta prioridade obsessiva pelos custos salariais é enveredar pela via da recessão. E esta tornou-se clara e incontornável. Por isso, chegámos a um momento em que o diagnóstico económico oferece poucas variações. A economia política da recessão ocupou de tal forma o campo da discussão que as únicas variações são as que resultam de ter de se alargar a escala com que se mede e qualifica a violência das medidas tomadas, as assimetrias gritantes que introduzem na sociedade, a inação que

---

<sup>1</sup> João Ferreira do Amaral, “Salários e competitividade”, *Jornal de Negócios*, 06/03/10

produzem na economia e a injustiça que amplificam. A natureza e os impactos recessivos do quadro económico e de cada ação económica são consensuais – já não é matéria de disputa ou de diversidade de opiniões dizer-se que a recessão é profunda e cumulativa. Isso está nas previsões de todos e no quadro macroeconómico do Orçamento. Entre economistas e empresários, sobretudo entre estes, são poucos os que divergem do diagnóstico negro.

A única coisa que ainda parece ser matéria de diferença entre analistas é a relação entre o quadro presente e o quadro imediatamente subsequente – isto é, o significado das medidas de contração da economia (a chamada reposição dos equilíbrios macroeconómicos fundamentais, que afinal se referem apenas às finanças públicas) para a capacidade futura da economia. Aqui sim, as diferenças são de monta: O pensamento legitimador da ação do governo adota como ideia básica que “se está a fazer o que é preciso fazer-se” e que a violência da contração é para oferecer uma plataforma de sustentação a uma recuperação que, vinda do fundo do poço, enfim se seguirá. Parece-me que esta forma de ver assenta numa espécie de noção religiosa da economia: um conjunto de pecados e perversões teria espalhado o mal entre tudo o que constitui o funcionamento económico e, por isso, há que impor uma sanção, uma espécie de castigo, ao qual se segue a redenção. Isto é, a reposição dos já referidos equilíbrios macroeconómicos, a recondução do Estado e da esfera pública ao canto de onde exorbitaram e a proliferação das bondades liberais da privatização e da concorrência, generalizariam a virtude, a redenção aconteceria e a economia ressurgiria em grandeza e perfeição. A ideia de “gorduras” ou de “rigidez” faz parte do discurso, como se sabe.

Mas acontece que a economia não é exatamente um campo de discussão de convicções teológicas. É, pelo contrário, um campo de vida – imperfeito e impuro – que tem uma característica fundamental: assenta em inter-relações, em processos pesados que demoram a construir, que se podem desfazer de modo súbito mas nem por isso são positivamente alteráveis por golpes secos, simplistas. Como já disse, quando o capitalismo se tornou num sistema progressista e gerou círculos virtuosos de crescimento foi exatamente quando incorporou mecanismos sólidos, laboriosamente construídos, que ultrapassaram qualquer ideia de simplificação esclarecida ou de ação redentora autossuficiente. A chamada dimensão social da economia e da política económica tem a ver com o facto de que não há progresso nem reconstituição



económica sem haver mecanismos de inclusão, de geração de expectativas positivas – um cimento que una as coisas. O inverso do que se está a passar.

De facto, os tempos que vivemos mostram de forma cada vez mais clara que não estamos apenas a gerir uma crise. Uma crise é um momento de transição, muitas vezes dramática, é certo, mas que tem o significado preciso de constituir uma alteração de tendências ou mecanismos que vêm do passado para os refazer segundo outra lógica, em que vai assentar outra forma de nos organizarmos. Hoje vivemos essencialmente um processo intenso, rude, violento, assimétrico, injusto, de desconstrução do que existe, sem nenhum princípio de construção positiva visível e mobilizador. Desconstrução da economia, desconstrução da vida das pessoas, desconstrução das relações sociais, desconstrução das relações entre sociedade e economia. Quando assim é, estamos a caminhar para o lado negro da economia, não para o da competitividade. Acho que não é pequena tarefa que os que refletem sobre a economia, sejam académicos, sejam práticos, chamem a atenção para isso, denunciem se for preciso...

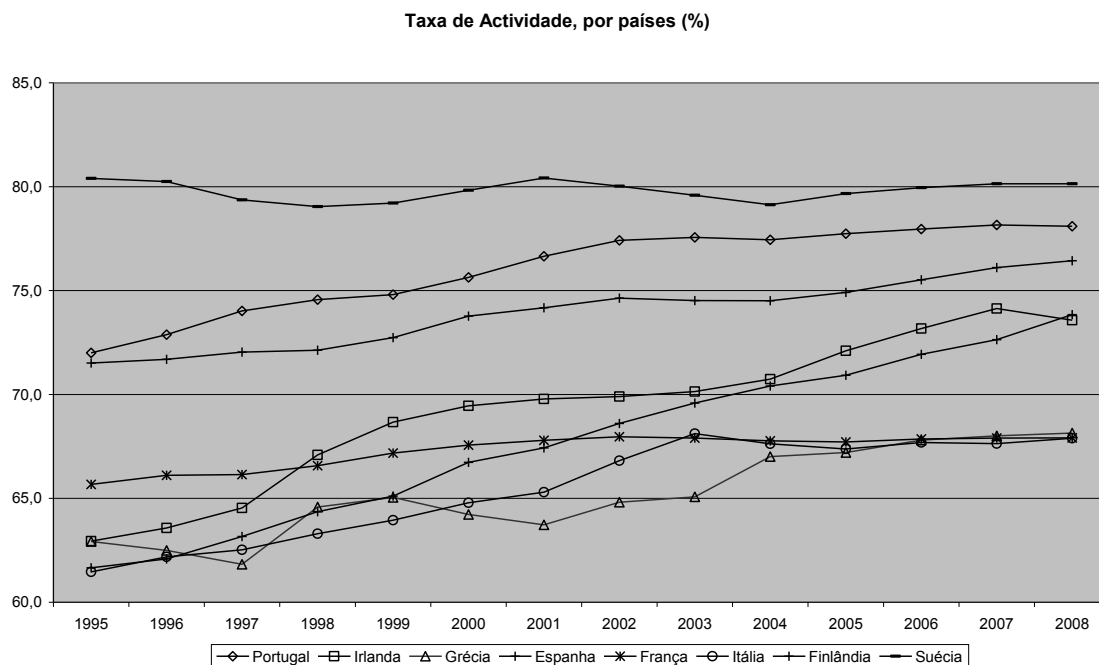
#### **4. A economia portuguesa: compreender o lugar do trabalho**

Julgo que há alguns aspetos da economia portuguesa que são particularmente elucidativos para compreendermos as suas condições estruturais. Uma das primeiras dimensões que tomo como essenciais para analisar em que moldes se estrutura a economia portuguesa do ponto de vista material, produtivo e organizacional é a que tem a ver com a incorporação das pessoas no mercado do trabalho. Vou, por isso, começar por dar a devida atenção ao indicador que nos revela que a nossa economia é altamente dependente da utilização de trabalho: nos dias de hoje mais de  $\frac{3}{4}$  da população com idade entre os 15 e os 54 anos está inserida no mercado do trabalho.

Este amplo “consumo” de recursos humanos – a taxa de atividade – contrasta claramente com o que se passa nos outros países da Europa do Sul (da Espanha à Grécia, passando pela Itália e pela França, o valor é sistematicamente inferior a 70%) ou em casos singulares como, por exemplo, o da Irlanda. Ele só tem semelhanças com os países escandinavos, onde as condições do sistema de emprego são radicalmente diferentes, como é desnecessário justificar. Acontece até que aquele *ratio* tem sido crescente nos últimos anos, registando uma diferença relativamente à média da UE 27

que ronda os 6%. Como se sabe, convencionou-se qualificar esta circunstância como própria de um modelo *extensivo* de crescimento.

**Figura 1**



Fonte: Base AMECO, Comissão Europeia

Que ilações podemos tirar desta intensa necessidade de trabalho revelada pela nossa economia, e aliás também demonstrada pela significativa imigração da última década? Estamos certamente perante a demonstração de que o trabalho e o emprego constituem um poderoso mecanismo de socialização na sociedade portuguesa. Essa constatação é positiva, deve ser claramente sublinhada, e indicia que o recurso a instrumentos ditos “assistenciais” não é tão crítica entre nós como poderia ser e como é noutras sociedades. Resta saber se assim continuará a ser, em vista das circunstâncias contemporâneas de desconstrução económica que se desenrolam sob os nossos olhos.

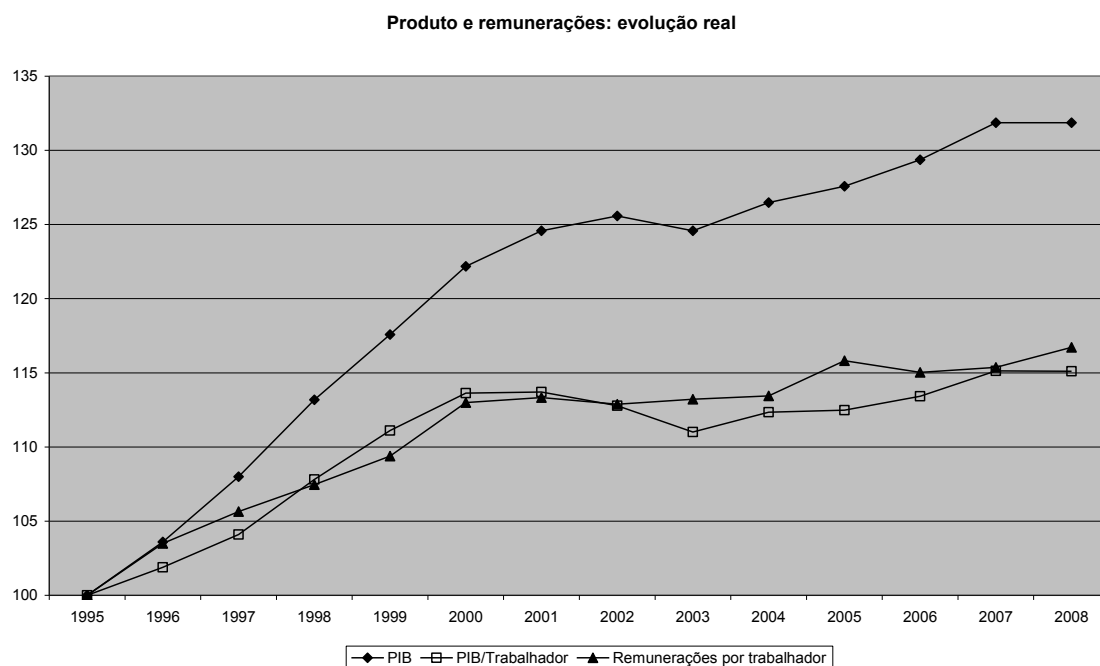
É sempre útil pensar “ao contrário”. Imagine-se que a taxa de atividade era hoje, entre nós, semelhante à da Grécia. Isso significaria que mais 700 mil pessoas em idade ativa estavam fora de uma relação com o mercado de trabalho. Não será difícil deduzir os impactos que daí resultariam para as empresas, para as políticas sociais, para o processo imigratório. E mesmo que a comparação fosse com a Irlanda chegaríamos a um valor superior a 300 mil. Em anos recentes estes diferenciais eram ainda mais elevados.

É portanto claro que, em última análise, a economia portuguesa não padece de um problema de disponibilidade quantitativa de recursos, nem depara com obstáculos significativos à inserção das pessoas no processo colectivo de criação de riqueza. Dito de outro modo, as faixas populacionais que, por razões de vária ordem, estão afastadas do sistema de emprego são, ao contrário de outras economias, estreitas e pouco numerosas.

Por isso, pode dizer-se que o acréscimo real de criação de riqueza alcançado nos últimos anos (32% no período 1995-2008) foi sensivelmente o dobro do que se alcançaria se o sistema de emprego tivesse mantido o mesmo volume de trabalho. De facto, fazendo um cálculo idêntico, o PIB por trabalhador cresceu 15% e a força de trabalho cresceu 14.6%. Esta situação, em que há muito se dispõe de uma elevada taxa de atividade sem que isso desencadeie uma também elevada variação da produtividade, é difícil de encontrar noutros países europeus. Há registo, isso sim, de aumentos simultâneos da taxa de atividade e da produtividade (caso da Irlanda), ou de crescimentos significativos do Produto sem aumento significativo do trabalho (Grécia, Eslováquia, Eslovénia ou Finlândia).

Estou a sugerir este ponto de análise da economia portuguesa porque me parece que ele é essencial para compreendermos bem a medida do que se está a passar: o trabalho tem uma tal importância entre nós e isso distingue-nos tão fortemente de outras economias que as consequências da contração salarial só podem ser especialmente violentas.

Figura 2



Fonte: Base AMECO, Comissão Europeia

Outro aspeto que me parece elucidativo é o do próprio peso dos custos salariais, a que já aludi anteriormente. De 1996 a 2008 o PIB cresceu, em média, 2% ao ano. A evolução real das remunerações e do PIB por trabalhador tiveram um comportamento semelhante – ambos cresceram, em média anual, 1.1% – e significativamente diferente do PIB total. Isto permite dizer que o crescimento não é pressionado pelos custos laborais e assenta em trabalho. Este é um dado estrutural que a discussão dos dias de hoje não pode ignorar.

## 5. Da economia aos princípios constitucionais: a “evolução reacionária” e a definição de uma agenda transformadora de futuro

Defendo que este processo violento de desconstrução da sociedade e da economia já não é apenas um problema de análise económica. Vale a pena lembrar o pensamento constitucional e a noção jurídica de “evolução reacionária”, isto é de regressão das formas basilares em que assenta a vida colectiva e que não se limitam aos direitos, embora obviamente os incluam. Os constitucionalistas assumem que os adquiridos constitucionais proíbem tal regressão e que ela é inaceitável na vida contemporânea.

Mas eu acho que é isto que se está a passar e que, por isso, já ultrapassámos os termos da discussão económica para nos situarmos no domínio jurídico-político. Dava o meu lugar (marginal) nesta discussão a um constitucionalista que relembresse os fundamentos, já que pouco se pode apelar aos políticos atuais e à razão política prevalecente...

Sou um economista que presa as relações entre economia e instituições<sup>2</sup> e que, por isso, valoriza muito o pensamento económico sofisticado (vários Prémios Nobel) que demonstrou a importância das instituições (regras, normas, consensos, culturas) para a evolução económica. Estamos porventura na fase da nossa contemporaneidade em que mais dramaticamente se assiste a uma erosão das instituições que rodeiam e fortalecem a economia. É por isso que vale a pena dizer-se que erodir as instituições sem as substituir por outras melhores que as antecedentes é desfazer a economia.

Creio que são princípios basilares de ordem económica, social e institucional que nos podem ajudar a definir um agenda para o futuro<sup>3</sup>. Uma agenda construtiva e com a qual possamos superar os dilemas que agora nos afrontam. Há seis pontos que me parecem basilares: dizem respeito à Europa, ao trabalho, ao sistema produtivo, à banca, ao quadro macroeconómico e ao Estado.

### *O quadro europeu*

O primeiro ponto desta agenda refere-se a uma Europa que resista à austeridade para que possa subsistir como uma Europa capaz. Uma Europa que se reconstrua, eliminando o processo sistemático de divergência que tem sido a sua característica recente mais dominante. Refere-se à necessidade de políticas fiscais e orçamentais comuns; à refundação do BCE que o leve a assumir uma função adequada em matéria de emissão monetária, crédito e controlo da taxa de câmbio; à constituição de um tesouro europeu para a emissão de *eurobonds*, na perspectiva da garantia mútua do endividamento europeu. Tudo isto está ausente da política económica corrente mas é essencial para uma Europa que assuma um compromisso muito mais forte com a democracia, a

---

<sup>2</sup> Esta é a matéria central do meu livro *Ensaio de Economia Impura*, Coimbra, Almedina, 2009.

<sup>3</sup> Retomo aqui os temas centrais da Conferência "Economia portuguesa: uma economia com futuro", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 30 de Setembro de 2011, cujas conclusões apresentei <http://www.economicofuturo.org/>

legitimação popular, as relações políticas justas e equilibradas - uma Europa politicamente ativa e internamente cooperativa, uma União Política democrática.

### *O trabalho e a dignidade humana*

O segundo ponto de uma agenda de futuro devolve ao trabalho e à dignidade pessoal (incluindo a que está para além do trabalho e do emprego) a importância que lhe tem vindo a ser retirada. A deflação salarial, a regressão dos rendimentos dos assalariados e a desvalorização do trabalho têm de parar já, em nome da reposição da dignidade humana e da reconstrução de relações económicas positivas. Não precisamos de transformar os salários em “variável de ajustamento”, levando a que a Europa divirja de si mesma. A deflação salarial paralisa a economia, não é nem um mecanismo justo nem um mecanismo eficaz de competitividade. O que se está a passar neste domínio tem gerado desigualdades sociais e territoriais que, para além de intoleráveis, são insustentáveis.

### *O sistema produtivo*

O terceiro ponto da agenda refere-se à produção e ao sistema produtivo. Mostrou-se que temos consciência do papel que a inovação e o conhecimento têm tido no nosso país e no que podem vir a desempenhar no futuro. No entanto, a reanimação da economia portuguesa depende tanto da sua qualificação como da utilização plena dos recursos disponíveis, a começar pela capacidade de trabalho lançada para o desemprego pela recessão.

A mobilização de recursos disponíveis e a sua valorização económica num quadro de sustentabilidade ambiental e social não pode ser entregue à iniciativa individual e às dinâmicas induzidas pelos mercados num vazio de coordenação política. Política industrial e mesmo planeamento, termos caídos em desuso ao longo de três décadas de deslumbramento mercantil, precisam de ser recuperados e reintroduzidos na análise e na prática das políticas públicas.

### *O sistema bancário*

Uma agenda de futuro deve reconhecer a importância social do sistema bancário e, ao mesmo tempo, a natureza inevitavelmente pública da atividade bancária. Se é certo que o colapso de grandes bancos comporta riscos que devem ser conjurados, se necessário lançando mão a recursos públicos, não é menos certo que o “salvamento” dos bancos não pode significar uma mera socialização de prejuízos. A capitalização da banca é necessária mas não pode ser um prémio para os acionista e gestores. A contrapartida da capitalização da banca tem de ser a garantia do financiamento da economia e tal garantia, nas atuais circunstâncias, pode depender, mais do que da simples regulação, do controlo público sobre o sistema bancário.

### *A estabilização macroeconómica e a reanimação da economia*

Uma política económica útil e inteligente não é a que se limita a fazer a lista das restrições a impor. A política económica não deve perder a noção de tempo. Deve distinguir o curto prazo do médio e longo prazo. Deve dar prioridade à reanimação da economia no curto prazo da recessão, para no médio prazo consolidar as condições da estabilização macroeconómica.

Se o entendimento que se tivesse alcançado acerca da economia portuguesa incluísse, para além da vertigem do curto prazo, uma noção aceitável do tempo necessário aos processos de reconstituição da economia e da sociedade quando estas são brutalmente afectadas, a vida seria outra... Seria possível admitir que essa política económica conhecia a ideia de “mudança estrutural”. As terapias acéfalas que matam o crescimento e ignoram a natureza estrutural do desenvolvimento não são respeitáveis nem respeitam as pessoas e as suas circunstâncias. A dimensão social é, tem de ser, um elemento intrínseco das políticas. Este é um apelo que deve ser feito tanto ao Estado como às empresas.

### *O Estado e a confiança nas instituições*

Finalmente, uma agenda de futuro não aceita a desconstrução do Estado, da Administração Pública e das Políticas Sociais. Advoga, pelo contrário, a reconstrução

de um Estado transparente, sujeito ao escrutínio público e democrático nas suas ações. Um Estado, ator inovador e reformador, comprometido ativamente com uma sociedade progressista e coesa. O ataque que a ofensiva neoliberal tem dirigido ao Estado, qualificando-o como agente malévolo, tem como razão o facto de este, historicamente, ter guardado para si, em nome do interesse público, tarefas que os mercados pretendem tornar em meras áreas de negócio. A denúncia desta captura do público pelo privado tem de correr a par da construção de uma nova relação de confiança dos cidadãos com o Estado.